



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

DECLARAÇÃO DA CAATINGA

Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe

17 e 18 de maio de 2012

NÓS, membros dos governos estaduais, parlamentares, representantes do setor privado, do terceiro setor, dos movimentos sociais, da comunidade acadêmica e de entidades de pesquisa dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mobilizados durante o período de junho de 2011 a maio de 2012 para discutir a promoção do desenvolvimento sustentável no bioma Caatinga, e ainda considerando que:

A Caatinga é o maior bioma da região Nordeste e o único exclusivamente brasileiro;

Cerca de 28 milhões de pessoas habitam a Caatinga, fazendo dessa região uma das mais densamente povoadas entre aquelas de características climáticas similares no mundo. Parte desse contingente vive sob grande vulnerabilidade social e econômica;

É na Caatinga que vive a população mais pobre do Nordeste e uma das mais pobres do Brasil, e que o quadro de pobreza da região gera uma significativa dependência dessa população em relação aos recursos naturais do bioma;

A conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga são imprescindíveis para o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida da população;

Apesar da riqueza biológica, majoritariamente desconhecida, a Caatinga é o bioma brasileiro menos protegido e pesquisado;

Ao contrário da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal e da Zona Costeira, a Caatinga não é considerada ainda como patrimônio nacional;

O elevado nível de desinformação sobre a Caatinga faz com que esse bioma não tenha o mesmo apelo que a Amazônia e a Mata Atlântica possuem dentro e fora do país;

A Caatinga já perdeu cerca de 46% da vegetação original e a degradação ambiental que se observa atualmente no bioma decorre principalmente da intensa, inadequada e insustentável exploração dos recursos naturais e da escassez de projetos que integrem crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente;

A desertificação é um problema socioambiental que provoca pobreza, desigualdade e exclusão social e que requer o enfrentamento de maneira articulada por meio de políticas públicas integradas;

A Caatinga é o bioma brasileiro mais vulnerável às mudanças climáticas e tende a ser o mais atingido pelos efeitos negativos do aquecimento global, que pode agravar o quadro da desertificação e reduzir as áreas aptas para a agropecuária e a capacidade de geração de serviços ambientais, com impactos severos também na disponibilidade de recursos hídricos na região;

A desertificação e a seca constituem problemas que afetam particularmente o semiárido brasileiro e, em virtude do agravamento dessas questões em 2012, há a necessidade urgente de aprovação do projeto de lei da *Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*, que tramita no Congresso Nacional desde 2007;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Há estudos e registros históricos que demonstram que as secas mais graves na Região ocorrem em intervalos próximos a dez anos, o que possibilitaria o planejamento e a execução tempestiva de medidas para prevenir e minimizar os impactos negativos desse fenômeno;

Os custos dos investimentos na prevenção da degradação dos solos na Caatinga são inferiores àqueles resultantes da degradação;

A participação das populações que habitam áreas de Caatinga no gerenciamento dos recursos hídricos é de fundamental importância para garantir a democratização do acesso à água, equacionando a escassa oferta e a demanda para múltiplos usos;

O déficit nos serviços de saneamento ambiental nas unidades territoriais abrangidas pelo bioma Caatinga afeta negativamente a saúde humana e o meio ambiente;

A matriz energética regional é fortemente dependente da vegetação nativa da Caatinga, fator este que, aliado ao desmatamento ilegal e à escassez de iniciativas de manejo sustentável, tem intensificado a degradação do bioma;

A região Nordeste apresenta grande potencial para a geração de energia a partir de fontes renováveis, principalmente pelo regime e velocidade dos ventos e pelo alto índice de insolação;

A Caatinga fornece produtos florestais não madeireiros fundamentais na geração de emprego e renda para a população e com grande potencial econômico, se explorados em escala pelas indústrias química, farmacêutica e de alimentos. Além disso, há um enorme potencial para a geração de renda em atividades como ecoturismo e uso sustentável da biodiversidade;

A Caatinga mantém serviços ambientais fundamentais para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento econômico, como polinização e conservação de água, solo e recursos genéticos;

A obtenção de conhecimentos relacionados à convivência com as condições de semiáridade, numa perspectiva de educação contextualizada, eleva significativamente a qualidade de vida nas áreas abrangidas pela Caatinga, principalmente daquelas populações que moram em comunidades rurais, representando, inclusive, um vetor de inclusão, ascensão social e sustentabilidade ambiental;

O desenvolvimento sustentável na Caatinga depende também do fortalecimento das capacidades científicas, tecnológicas e de inovação locais;

A implantação de padrões de produção e consumo sustentáveis na Caatinga deve levar em consideração as necessidades e os conhecimentos das populações locais;

Não obstante os avanços no desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste, o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais da Caatinga continuam como metas distantes e ainda restam grandes barreiras para a elevação do nível de prioridade com esses temas e consequentes lacunas sistêmicas na implementação de compromissos e políticas que garantam a sustentabilidade desse bioma;

Há enormes desafios para se reduzir a pobreza, promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs);

O esforço em busca da sustentabilidade na Caatinga deve contemplar a implementação e integração de políticas que incluam, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimento em infraestrutura, incentivos financeiros e parcerias;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

A adoção efetiva de estratégias e ações para a promoção do desenvolvimento sustentável na Caatinga é uma questão complexa e encontra grandes desafios, devendo ser realizada em um processo gradual, mas de forma prioritária e contínua;

Assumimos os seguintes compromissos:

- 1 Fomentar, num espírito de parceria, a cooperação entre todos os níveis de governo, comunidades, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, iniciativa privada e detentores de terras, com o intuito de promover a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável na Caatinga;
- 2 Mobilizar os senadores e deputados federais dos estados signatários desta Declaração, visando à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que transforma a Caatinga em patrimônio nacional, assim como à aprovação da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;
- 3 Implementar fórum de gestores estaduais do meio ambiente, com o intuito de fomentar discussões, compartilhar experiências e integrar ações, fortalecendo a governança nas políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga ;
- 4 Promover a cooperação técnica e científica na área do combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca;
- 5 Promover a integração de estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca;
- 6 Planejar e implementar políticas e ações preventivas, que minimizem os impactos negativos da seca sobre as populações mais suscetíveis a esse fenômeno;
- 7 Criar um ambiente favorável às iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, por meio do reforço e atualização da legislação em vigor, e da elaboração e aperfeiçoamento de políticas e programas de ação;
- 8 Criar a Agenda Positiva para a Caatinga, um plano de comunicação cujo objetivo será intensificar a divulgação das riquezas do patrimônio natural e cultural do bioma, com mudança do foco, atualmente centrado na pobreza, para um paradigma baseado no campo das possibilidades e das belezas existentes;
- 9 Incentivar políticas e programas de educação contextualizada;
- 10 Promover programas de educação e conscientização pública que abordem temas relacionados ao bioma Caatinga, especialmente a conservação da biodiversidade, a convivência com a seca e a compreensão das causas e efeitos da desertificação;
- 11 Promover cursos de formação e qualificação profissional que possibilitem o acesso dos trabalhadores às oportunidades geradas por atividades econômicas sustentáveis;
- 12 Apoiar ações de capacitação de técnicos, extensionistas e produtores rurais em tecnologias de manejo e conservação dos recursos naturais para a produção agropecuária e florestal sustentáveis;
- 13 Promover o desenvolvimento, a adaptação, a difusão, a aquisição e a transferência de tecnologias sustentáveis, adequadas às necessidades específicas das populações locais, com especial atenção aos efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais de tais tecnologias;
- 14 Ampliar o apoio financeiro a projetos de pesquisa e inovação voltados para o avanço do conhecimento sobre a Caatinga e o desenvolvimento sustentável desse bioma;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 15 Implementar medidas para facilitar a transferência de tecnologias apropriadas para o semiárido brasileiro, incluindo a promoção de cooperação com regiões de características similares no mundo e a instalação de novos laboratórios, observatórios locais e infraestrutura para pesquisas aplicadas à realidade da Caatinga;
- 16 Conciliar, sempre que possível, os conhecimentos técnicos e científicos gerados nas instituições acadêmicas e entidades de pesquisa e os saberes das populações locais na formulação de políticas públicas e projetos voltados para a sustentabilidade da Caatinga;
- 17 Realizar programas conjuntos de pesquisa entre a União, os estados, os municípios e o setor privado, objetivando a obtenção de tecnologias melhoradas, de baixo custo e acessíveis, dirigidas ao desenvolvimento sustentável;
- 18 Organizar banco de dados das tecnologias e conhecimentos técnicos disponíveis sobre a Caatinga com o intuito de facilitar sua difusão e utilização;
- 19 Fortalecer as redes de conhecimento relacionadas à Caatinga e ao semiárido brasileiro, estimulando pesquisas aplicadas e o intercâmbio de experiências entre especialistas, autoridades governamentais, setor privado e sociedade civil;
- 20 Aprimorar os serviços de assistência técnica e extensão rural com a finalidade de difundir de forma mais efetiva os processos tecnológicos e as técnicas consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável de atividades agropecuárias e florestais na Caatinga;
- 21 Prover a tecnologia adequada e a formação profissional necessária à geração e ao uso de energia a partir de fontes renováveis;
- 22 Pesquisar e definir modelos de manejo sustentável para espécies nativas da Caatinga, levando-se em consideração as diversas possibilidades de aproveitamento econômico;
- 23 Fomentar o plantio de florestas energéticas com espécies nativas;
- 24 Estimular fortemente alternativas tecnológicas voltadas para a redução de custos de produção, garantia de qualidade e agregação de valor aos produtos agropecuários e florestais atualmente explorados na Caatinga;
- 25 Desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica da Caatinga;
- 26 Integrar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais e intersetoriais;
- 27 Promover a recuperação e a restauração de ecossistemas degradados e a proteção de espécies ameaçadas no bioma Caatinga;
- 28 Apoiar as populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas;
- 29 Fomentar iniciativas voltadas para a prevenção da degradação dos solos, reabilitação de terras parcialmente degradadas e recuperação de áreas degradadas;
- 30 Adotar medidas para prevenir, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar eventuais efeitos negativos;
- 31 Apoiar o desenvolvimento de projetos que viabilizem formas alternativas de geração de renda para as populações mais vulneráveis aos efeitos da seca e da desertificação;
- 32 Intensificar os esforços necessários à universalização dos serviços de saneamento ambiental nos territórios abrangidos pelo bioma Caatinga;
- 33 Desenvolver ações destinadas a garantir a universalização do acesso à água no bioma Caatinga, implementando, ampliando e fortalecendo programas de uso e difusão de tecnologias sociais de armazenamento hídrico;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 34 Fortalecer a agricultura irrigada sustentável, apoiando a implantação de infraestrutura de irrigação e drenagem;
- 35 Incentivar a adequação dos sistemas de irrigação às especificidades do semiárido;
- 36 Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais como alternativa sustentável de produção;
- 37 Priorizar a agricultura familiar sustentável e a implantação e fortalecimento de agroindústrias familiares;
- 38 Utilizar as compras públicas como instrumento de fortalecimento da oferta local de produtos e serviços, oferecidos a partir da exploração sustentáveis dos recursos naturais da Caatinga, priorizando a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar;
- 39 Fortalecer os órgãos ambientais com a estrutura física e administrativa necessária ao pleno atendimento das demandas da sociedade;
- 40 Promover a gestão, a recuperação e a criação de unidades de conservação em áreas prioritárias para a proteção do bioma Caatinga;
- 41 Promover a implantação de boas práticas em bacias hidrográficas, visando reduzir a degradação do solo, ampliar a cobertura vegetal, aumentar a absorção de carbono e melhorar a qualidade da terra;
- 42 Estimular alternativas para o uso sustentável do bioma, inclusive por meio do fomento a atividades e produtos não madeireiros;
- 43 Aprimorar e ampliar os programas de pagamentos por serviços ambientais;
- 44 Criar mecanismos e incentivos às pessoas e instituições que protegem as florestas e os serviços ambientais associados;
- 45 Fomentar linhas de crédito oficiais e diferenciadas para atividades sustentáveis na Caatinga;
- 46 Estabelecer diretrizes de financiamento que induzam ao uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga;
- 47 Instituir o Fundo Caatinga, cuja finalidade será captar recursos para investimentos não reembolsáveis em ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no bioma;
- 48 Desenvolver mecanismos de financiamento para compensar comunidades locais na Caatinga pelos serviços de proteção ambiental que elas prestam;
- 49 Inserir a gestão sustentável da Caatinga nas políticas nacionais e internacionais de meio ambiente, visando ganhar escala, apoio político e mais recursos;
- 50 Envolver e comprometer tomadores de decisão e demais atores envolvidos com ações voltadas para o aumento de áreas protegidas, promoção da conservação das espécies nativas e uso sustentável da biodiversidade nas áreas susceptíveis à desertificação;
- 51 Ampliar investimentos e priorizar estratégias e ações para a conservação da biodiversidade nas regiões semiáridas, inclusive por meio do fortalecimento das áreas protegidas como forma prática e eficaz para o enfrentamento da desertificação, mitigação dos efeitos das secas e adaptação às mudanças climáticas;
- 52 Desenvolver cultivares mais produtivos e adaptados aos possíveis cenários de mudanças climáticas, resistentes ao aumento da temperatura, à seca, às doenças e às pragas;
- 53 Ampliar o nível de conhecimento sobre a biodiversidade da Caatinga e promover, ao mesmo tempo, boas práticas de exploração sustentável das espécies com potencial de uso econômico, protegendo aquelas ameaçadas de extinção;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 54 Interagir constantemente e compartilhar informações com os tomadores de decisão e demais envolvidos na implementação das iniciativas geradas a partir dos compromissos apresentados nesta Declaração;
- 55 Assegurar que as políticas públicas, bem como as demais ações e iniciativas, atuem de forma permanente e integrada, otimizando os esforços e possibilitando o alcance de melhores resultados para a sustentabilidade do bioma Caatinga;
- 56 Mobilizar e assegurar recursos financeiros substanciais para a implementação dos compromissos assumidos nesta Declaração.

Os compromissos aqui assumidos devem ser contemplados e integrados nas políticas de Estado, como estímulos ao uso eficiente dos recursos naturais, à produção e ao consumo sustentáveis, à cultura, à ciência, tecnologia e inovação, à geração de empregos, à segurança alimentar, à erradicação da pobreza, à adaptação às mudanças climáticas e ao combate à desertificação e todos os demais requisitos relevantes ao desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga.

Nos anexos desta Declaração constam os compromissos dos estados participantes das discussões sobre a gestão sustentável do bioma Caatinga. A manifestação formal desses compromissos tem o propósito principal de elevar o patamar de prioridade da agenda político-institucional relacionada ao bioma Caatinga em todas as esferas da sociedade brasileira, permitindo, inclusive, o estabelecimento de um processo permanente de governança.

(Elaborada a partir dos resultados e conclusões dos eventos preparatórios ocorridos no período de junho de 2011 a maio de 2012. Adotada e aberta à adesão na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, ao final dos trabalhos da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga: A Caatinga na Rio+20, nos dias 17 e 18 de maio de 2012.)

SIGNATÁRIOS

ALAGOAS	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Ivã de França Vilela	Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Naturais - SEMARH
Adriano Augusto de Araújo Jorge	Presidente do Instituto do Meio Ambiente - IMA
Inácio Loliola Damasceno Freitas	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas
Judson Cabral de Santana	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas
José Reinaldo de Sá Falcão	Presidente do Instituto Xingó
Albani Vieira da Rocha	Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA

BAHIA	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Eugênio Spengler	Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia
Júlio Mota	Diretor Geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
Máisa Flores	Secretária Executiva do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga
Francisco de Assis Pinheiro Filho	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Carlos Romero	Representante da S.O.S Paraguauçu
José Salvo da Silva	Associação das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto
Dipeta Tuxá	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOIME
Manoel Ailton R. de Carvalho	Associação das Comunidades Quilombolas de São Tomé
Maria Emília Blanc Amaral	ONG Prisma
Anselmo Vidal	Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAG
Elton Silva Gomes	Fundação APAEB
Milton Abreu Roque	Núcleo de Estudos da Universidade Federal da Bahia - UFBA
Edinaldo Luz das Neves	Conselho Regional de Biologia - 5ª Região
Divanildo Almeida Ramos	Flor da Caatinga
Erica Madalena Amaral Lima	Projeto Mata Branca - Companhia de Desenvolvimento da Ação Regional - CAR / Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

CEARÁ	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Paulo Henrique E. Lustosa da Costa	Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Dedé Teixeira	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Luiz Antônio Maciel de Paula	Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará - UFC
Francisco Bezerra	Instituto Nordeste XXI
Ricardo Araújo	Superintendente - Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Dolores Feitosa	Fundação Joaquim Bernardo Feitosa
Maria Hosana Magalhães Viana	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
Maria Helena de Araújo	Diretora do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
Iranildo de Sousa Ferreira	Embaixador Climático do Brasil na Organização das Nações Unidas

MINAS GERAIS	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Adriano Magalhães Chaves	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
Simone Ribeiro Rolla	Assessora da Diretoria Geral do Instituto Estadual de Florestas
Nailde Sá Porto	Instituto Estadual de Florestas
José Ponciano Neto	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Yara Maria Soares Costa da Silveira	Universidade Estadual de Montes Claros
Izabela Menezes Barata	Instituto Biotrópicos
Oscarino Aguiar Cordeiro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha
Aneliza de Almeida Miranda Melo	Conselho Regional de Biologia - Minas Gerais

PARAÍBA	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Francisco de Assis Quintans	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
Beranger Arnaldo de Araújo	Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba
Bartolomeu Israel de Souza	Chefe do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Daniel Duarte Pereira	Instituto Nacional do Semiárido - INSA
Napoleão Esberard	Pesquisador - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
Belinda Pereira da Cunha	Coordenadora Acadêmica Direito Econômico - PPGC1/PRODEMA/UFPB

PERNAMBUCO	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Hélvio Polito Lopes Filho	Secretário Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco
José Humberto Cavalcanti	Deputado Estadual - Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Alexandrina Sobreira	Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga
Márcia Vanusa da Silva	Professora do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco Coordenadora do Instituto de Bioprospecção e Conservação da Caatinga

PIAUI	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Dalton Melo Macambira	Secretário de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Luciano Nunes	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Liziê Coelho	Deputada Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Luiz Coelho	Prefeito - Município de Paulistana e Presidente do Comitê de Bacias do Piauí
Alysson Silva Pêgo	Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab/PI
Wilton Fontenele	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí - Emater
Carlos Humberto Campos	Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA
Conceição de Maria Lopes Freitas	Associação Piauiense de Municípios - APPM
Ana Cristina Campos Marinho	CareBrasil
João Evangelista Santos Oliveira	Cáritas Piauí
Welder Silva Vitorino	Cáritas Piauí
Dagmar Oliveira	Cáritas Diocesana São Raimundo Nonato



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

RIO GRANDE DO NORTE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Antônio Gilberto Oliveira Jales	Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte
Marjorie Madruga	Procuradora Geral do Estado
Gustavo Szilagly	Diretor Geral - Instituto de Defesa Sustentável do Meio Ambiente - IDEMA
José Geraldo Medeiros da Silva	Diretor Presidente - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
Ramiro Gustavo Valera Camacho	Professor - Departamento de Ciências Biológicas - Universidade do Estado do Rio G. do Norte - UERN
Alvamar Costa de Queiroz	Superintendente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Fernando Wanderley Vargas da Silva	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte
Maria Aparecida de Lima	Instituto Nordeste XXI - Rio Grande do Norte
Leonel Graça Generoso Pereira	Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sociobiodiversidade

SERGIPE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Genival Nunes Silva	Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
Carlos Soares de Meneses	Centro Dom José Brandão de Castro
Daniela Bento Alexandre	Sociedade de Apoio Sócio-Ambientalista e Cultural
Vera Lúcia Silva Cardoso	Coordenadora Estadual de Combate à Desertificação
Vera Núbia Avelino	Secretária de Meio Ambiente de Canindé de São Francisco
Luiz Neto da Silva	União Pelo Rio São Francisco

BANCO DO NORDESTE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
José Sydrião de Alencar Júnior	Diretor de Gestão do Desenvolvimento



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO I

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Alagoas

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Reconhecer a importância do Bioma Caatinga e sua extrema vulnerabilidade em Alagoas, agindo em consonância com o projeto de lei da Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no Estado de Alagoas, em tramitação na Assembleia Legislativa.	Poder Legislativo e Poder Executivo	30/06/2012
Identificar, na degradação do bioma e na devastação acelerada de sua vegetação, um problema não somente ambiental como também de ordem social que requer abordagens de novo tipo.	Semarh e IMA	31/12/2014
<ul style="list-style-type: none">• Trabalhar a construção de uma política pública integrada para o semiárido em geral e para o semiárido alagoano em particular, o que se traduz principalmente na necessidade de articulação de todos os programas e ações governamentais que incidem na região.• Dotar Alagoas de uma Política Florestal, realizar concurso público e equipar os órgãos ambientais competentes para executar essa Política.• Patrocinar estudos para completar o diagnóstico e inventário da Caatinga alagoana.• Quantificar as demandas de biomassa da população.• Elaborar programas de ação e incentivar projetos de florestas energéticas que aliviem a enorme pressão que a vegetação remanescente sofre hoje com devastações para produzir lenha, estacas e carvão.	Governo do Estado	31/12/2014
Inserir Alagoas no Programa Mais Ambiente e criar as condições para reforçar significativamente a ação governamental para consecução do cadastramento rural e delimitação das áreas de preservação e recuperação de reservas legais e Áreas de Preservação Permanente - APPs.	Semarh, IMA, Seagri e Seplande	31/12/2014
Trabalhar as cadeias produtivas que se utilizam de biomassa fornecida pela Caatinga para avanço da eficiência energética, manejo florestal e maior agregação de valor aos seus produtos.	Semarh, IMA, Fiea, Seagri e Incra	31/12/2014



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Desenvolver uma política consistente de pesquisas e estudos da biodiversidade da Caatinga e sua utilização sustentável para produtos de alto valor agregado (apicultura, indústria farmacêutica, indústria de cosméticos etc.).	Semarh, IMA, Seagri, Embrapa, Universidades e Fapeal	31/12/2014
Revisar a política de assentamentos rurais e de reforma agrária para compatibilizá-los com as políticas sustentáveis de preservação da Caatinga e manejo florestal, evitando sua implantação em áreas degradadas e de pouca opção produtiva a não ser, por exemplo, a produção de carvão.	IMA, Iteral, Seagri, Incra e Semagris	31/12/2014
Assegurar a consecução de uma transparente, eficiente e democrática gestão do Canal do Sertão, com a elaboração amplamente participativa de modelos de uso e cobrança das águas, colocando no eixo desses modelos o compromisso público prioritário com a erradicação da pobreza e as salvaguardas ambientais contra processos de salinização e degradação de solos.	Governo Estadual, Semarh, Secti, Seagri, Seinfra, Seteq, Seplande, Ima, Colegiados Territoriais, Prefeituras Municipais e Universidades	31/12/2013
Criar unidades de conservação, especialmente de proteção integral, para salvaguardar espaços territoriais ecologicamente relevantes.	Semarh, IMA	31/12/2014
Realizar sessões públicas semestrais na Assembléia Legislativa, para acompanhamento e monitoramento das ações, objetivando a avaliação e a adequação dos compromissos assumidos nesta Declaração.	Coordenação do Comitê Estadual e Sociedade Civil	31/11/2014

SIGLAS:

- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Fapeal - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas
- Fiea - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas
- IMA - Instituto de Meio Ambiente
- Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Iteral - Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas
- Seagri - Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário
- Secti - Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação
- Seinfra - Secretaria de Estado da Infraestrutura
- Semagri - Secretaria Municipal de Agricultura
- Semarh - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Naturais
- Seplande - Secretaria de Estado e do Planejamento e Desenvolvimento Econômico
- Seteq - Secretaria de Estado do Trabalho, do Emprego e Qualidade Profissional



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO II

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Bahia

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Ordenamento territorial e ambiental.	SEPLAN/SEMA	2013
Demarcação de territórios para regularização fundiária e reforma agrária.	MDA/ INCRA/ SEAGRI - CDA	2014
Reconhecimento e titulação de terras dos povos e comunidades tradicionais.	MDA- INCRA/FUNAI/ Fundação Palmares/ Casa Civil da Presidência da República	2014
Identificação e reapropriação de terras devolutas para reforma agrária.	MDA - INCRA/ SEAGRI- CDA/ Casa Civil - Bahia	2014
Atualização do cadastro estadual de imóveis rurais.	SEMA/INEMA SEAGRI/CDA	2014
Construção e melhoria de unidades habitacionais adaptadas às realidades locais.	Min. Das Cidades/SEDUR/CEF	2013
Construção dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano - PDDUs nos municípios com mais de 20 mil habitantes.	SEDUR/SEPLAN/SEMA/ CONCIDADES/ Prefeituras	2013
Efetivação da Política Habitacional de Interesse Social (PHIS/CEF).	Min. Cidades/ SEDUR/CEF	2013
Diversificação do Programa da Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Comitê Luz para Todos, Ministério das Minas e Energia/SEINFRA	2014
Utilização de matrizes energéticas renováveis com atenção às comunidades isoladas.	Comitê Luz para Todos/ Min. Ciência, Tecnologia e Inovação/SECTI/SEPLAN	2014
Abastecimento de água com alternativas de armazenamento: cisternas de placas, poços artesianos, barreiros, barragem / Reforma Hídrica	Min. da Integração Nacional/ CODEVASF/ SEMA/CERB/SEDIR/CAR/SEDES	2012



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Efetivação da Política Nacional de Recursos Hídricos, Esgotamento Sanitário e do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - PAN.	Casa Civil da Presidência/SEPLAN/SEMA	2014
Garantia da infraestrutura necessária para coleta e acondicionamento adequado dos resíduos, de acordo com a Lei Nacional de Resíduos Sólidos e Saneamento nos órgãos municipais, com:	MEC, Min. das Cidades/SEPLAN/ SEDUR/SEMA/SECTI/ Prefeituras	2014
- incentivo e fortalecimento às cooperativas e catadores individuais, incluindo capacitação;	Idem	2014
- criação de consórcios municipais e/ou territoriais para o tratamento de resíduos.	Idem	2014
- incentivo à utilização de tecnologias alternativas (sanitários secos).	Idem	2014
Garantia de educação pública de qualidade, contextualizada para a convivência com o semiárido.	MEC/ SEC	2013
Implementação de programas de formação e valorização dos profissionais da educação, especialmente daqueles que atuam na zona rural nos níveis: fundamental, médio e superior e profissionalizante.	MEC/ SEC	2014
Consolidação do PROJOVEM nas escolas rurais no período noturno.	MDS/MEC/ SEC/ SEDES	2013
Estímulo à permanência da população infanto-juvenil no bioma Caatinga através de programas.	MDA/ MEC/ MMA/ MDS SEC/ SEDES/ SERIN	2013
Implantação, manutenção e valorização de escolas agrícolas e escolas famílias agrícolas nas comunidades.	MEC/ MDA/ SEC/ SEAGRI/ SUAF	2013
Contrapartida dos municípios na infraestrutura das escolas aos processos de consolidação dos programas de inclusão digital nas escolas urbanas e rurais.	MDA/ SECTI	2013
Garantia da segurança alimentar e nutricional (Ex. alimentos naturais e integrais, alimentos orgânicos, água de boa qualidade etc.incluindo a merenda escolar (PAA/ PNAE).	MDS/ MDA/ CONAB/ SEDES/ SEAGRI/ SUAF/Prefeituras	2013
Serviço público de saúde de qualidade e descentralizado (emergência, atendimento 24 horas, UTI móvel, nos três níveis de complexidades, Programa de Saúde da Família, incluindo todas as especialidades médicas, odontológicas e fisioterapêuticas sobretudo nas comunidades rurais.	Min. da Saúde, SESAB, Prefeituras	2013



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Implementação de projetos para resgate e valorização da medicina natural e conhecimentos tradicionais.	MMA- CGEM, Min. Saúde, SESAB, SEMA-INEMA/ SEPROMI	2013
Garantia da perpetuação das sementes crioulas (sementes não modificadas geneticamente).	MMA/ MDA/ SEAGRI/ SUAF	2013
Prover a qualidade, acessibilidade, mobilidade e segurança nos transportes coletivos e escolares, estimulando o uso de combustíveis renováveis.	Min. dos Transportes/ Min. das Cidades/ Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação/ MEC/ SEINFRA-AGERBA/ SEDUR/ SECTI/ SEC	2013
Construção e manutenção das estradas vicinais e de faixas de domínio federal, estadual e municipal, respeitada a sustentabilidade ambiental.	MDA/Min. das Cidades/ Min. dos Transportes/ SEINFRA-AGERBA/ Prefeituras	2013
Efetivação e fortalecimento da Agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho - OIT.	Min. do Trabalho/SETRE/ Prefeituras	2013
Implementação dos arranjos produtivos locais para garantir a geração de renda.	Min. do Trabalho/ MDS/ Casa Civil/ SETRE/ SEDES/ Prefeituras	2013
Fortalecimento e expansão da agricultura familiar, com bases agroecológicas e orgânicas com ampliação do apoio a projetos de economia solidária.	MDA/ Min. do Trabalho/ MDS/ Min. da Integração/SETRE/ SEAGRI-SUAF/ SEDES/ SEDIR-CAR	2013
Criação de leis para reconhecimento da diversidade cultural de toda a população do bioma Caatinga, em especial povos e comunidades tradicionais (Decreto 6040/07), sem distinção de raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais.	Casa Civil da Presidência e da Bahia, Congresso Nacional e ALBA	2013
Fomentar a pesquisa sobre o patrimônio natural e cultural da Caatinga, buscando o reconhecimento como patrimônio nacional e da humanidade, e lutar pela aprovação da PEC 115/95.	MEC/ MMA/ MIN. da Ciência, Tecnologia e Inovação/ SECTI/ SEC/SEMA-INEMA/ Prefeituras	2013
Implementar os programas de esporte e lazer para as populações rurais e consolidar para as populações urbanas.	Min. dos Esportes, Min. da Cultura, SETRE/ SECULT	2013
Apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades do bioma Caatinga.	Casa Civil: Presidência e Bahia/ MDS/ MDA/ CONAB/ SEDES/ SEAGRI-SUAF	2013
Criação e Implementação de Planos de Gestão e Contingenciamento de Ameaças e Riscos Diversos, Naturais e Antropogênicos para a Região do Semiárido.	Min. da Defesa/ Min. da Integração/ MMA/ Defesa Civil/ SEDIR/ SEMA	2013



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Incentivar, promover e garantir a gestão ambiental participativa, estimulando a articulação dos colegiados ambientais e formação de redes de pesquisa, interlocução e comunicação.	SEMA - INEMA/SECTI	2012
Efetivação da transversalidade da educação ambiental formal e não formal considerando as particularidades locais.	SEMA - INEMA	2012
Estudo e divulgação das potencialidades da Caatinga: biodiversidade e bioprospecção utilizando metodologias participativas.	SEMA - INEMA/ Inst. de Pesquisa	2012
Criação de novas unidades de conservação, corredores de biodiversidade e de gestão em mosaico (Ex. Boqueirão da Onça).	MMA - ICMBio - IBAMA/ SEMA - INEMA	2014
Reconhecimento das áreas de fundo de pasto como uma nova modalidade de unidade de conservação de uso sustentável.	MMA - ICMBio - IBAMA/ SEMA - INEMA	2012
Implantação das UCs e seus conselhos gestores, e elaboração e implantação dos seus respectivos planos de manejo.	SEMA - INEMA	2013
Efetivação do PAE - Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca através de ações preventivas relacionadas aos processos de Mudanças Climáticas.	SEPLAN/ SEMA - INEMA	2012
a) programas envolvendo neutralização de carbono na Caatinga.	Idem	Idem
b) recuperação de áreas degradadas com espécies nativas e proteção de nascentes.	Idem	Idem
c) criação de matrizes florestais e de fauna visando minimizar a pressão sobre os ecossistemas locais.	Idem	Idem
Criação do Programa de Agentes Ambientais Comunitários nos moldes do Programa Agente Comunitário de Saúde	MMA/ Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação / SEMA - INEMA, SECTI	2014
Atualizar a legislação específica para proteção das espécies da Caatinga em vias de extinção.	Casa Civil Presidência/ MMA - CISBIO/ Congresso Nacional	2013
Divulgação e implementação de programas de educação a distância voltados para a conservação e uso sustentável da Caatinga.	MEC/ MMA/ UNEB/ SEC- IAT/ SEMA - INEMA	2013
Implantar Assistência Técnica e Extensão Rural apropriadas ao Bioma Caatinga baseada nas experiências exitosas das ONGs de sucesso.	MDA/ SEAGRI - EBDA/ SEMA- INEMA/ ONGs	2013



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Disseminar tecnologias socialmente aplicáveis ao melhor aproveitamento e uso racional das águas no bioma Caatinga.	MDS/ Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação / MMA/ MDA/ SEMA/ INEMA/ SEDES/ ONGs	2013
Ampliar os limites dos financiamentos (crédito rural), levando em conta a capacidade de produção da propriedade e não a renda do produtor.	BNB/ BB	2012
Crédito aplicado com orientação técnica em sintonia com as realidades do produtor rural, agricultor familiar e da propriedade, buscando uma gestão focada para a sustentabilidade.	BNB/ BB	2012
Caprino e ovinocultura orientadas pelas técnicas de produção conservacionistas.	MDA	2012
Focar, dentre as energias alternativas e renováveis, a solar como incentivo à diversificação da matriz energética no bioma Caatinga.	Min. das Minas e Energia/ Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação / SEINFRA / SECTI	2012
Promover o desenvolvimento do turismo ecológico, étnico e de aventura sustentáveis.	Min. do Turismo/ Min. da Cultura/ SEPROMI/ SECULT/ SETUR	2012
Divulgar informações e ampliar o debate sobre os impactos ambientais seguintes: Exploração de Minérios/Energia Nuclear/Eólica no Bioma Caatinga.	SEMA- INEMA / MPE/ ONGs	2012
Estímulo a programas de Recaatingamento*.	MMA - ICMBio - IBAMA/ SEMA- INEMA/ PETROBRÁS	2012
Incentivar redes de pesquisa e extensão para o desenvolvimento do bioma Caatinga.	Min. da Ciência, Tecnologia e Inovação / CNPQ/ SECTI/ FAPESB	2012

SIGLAS:

- AGERBA: Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
- ALBA: Assembleia Legislativa da Bahia
- BB: Banco do Brasil
- BNB: Banco do Nordeste do Brasil
- CAR: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CDA: Coordenação de Desenvolvimento Agrário
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CERB: Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia
- CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
- CONCIDADES: Conselho Estadual das Cidades da Bahia

* Termo técnico já difundido dentro do bioma que consiste na ação de reposição de espécies nativas da Caatinga para restauração da vegetação.



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- EBDA: Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
- FAPESB: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
- FUNAI: Fundação Nacional do Índio
- IAT: Instituto Anísio Teixeira
- IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMBio : Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEMA: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC: Ministério da Educação
- MMA: Ministério do Meio Ambiente
- MPE: Ministério Público do Estado da Bahia
- ONGs: Organizações não governamentais
- SEAGRI: Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEC: Secretaria da Educação do Governo da Bahia
- SECTI: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
- SECULT: Secretaria de Cultura da Bahia
- SEDES: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
- SEDIR: Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional do Estado da Bahia
- SEDUR: Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia
- SEINFRA: Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
- SEMA: Secretaria do Meio Ambiente
- SEPLAN: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
- SEPROMI: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
- SERIN: Secretaria de Relações Institucionais
- SESAB: Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
- SETRE: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
- SETUR: Secretaria do Turismo do Estado da Bahia
- SUAF: Superintendência de Agricultura Familiar
- UNEB: Universidade do Estado da Bahia



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO III

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Ceará

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Desenvolver ação institucional articulada para inserção da Caatinga nas políticas públicas, em pé de igualdade com os demais biomas nacionais.	Conpam-Colegiado, Poder Legislativo Estadual e Federal, Instâncias Colegiadas	Permanente
A partir das políticas públicas para o semiárido, buscar a inserção de ações voltadas para o bioma Caatinga.	Conpam, Seplag, Cede	Permanente
Realizar o zoneamento ecológico-econômico com foco no bioma Caatinga como forma de mapeá-lo e caracterizá-lo dando-lhe uma configuração geográfica na região.	Conpam, Secitece- Funceme	2012-2015
Para o enfrentamento das questões relacionadas às mudanças climáticas, diversificar a matriz energética, construir estratégias de convivência e adaptação ao semiárido e apoiar a área de desenvolvimento científico e tecnológico.	Conpam-Colegiado, Coema-Semace, Seinfra e vinculada, SRH e vinculadas, SDA e vinculadas, Secitece e vinculadas, Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga, Fórum de Mudanças Climáticas, Assembleia Legislativa	Permanente
Capacitar as famílias rurais para desenvolvimento de agricultura ecológica.	SDA e vinculadas, Seduc, Conpam em parceria com terceiro setor, Secitece - Instituições de ciência e tecnologia	2012 - 2020



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Implementar programa de pagamento por serviços ambientais, adequado aos programas federais de Apoio à Conservação Ambiental e de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, criados pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.	Conpam e parceiras, SDA, SRH, Secitece, Seplag, PGE, Sefaz, Cede e vinculadas, Instituições de ciência e tecnologia	2012 - 2020
Implementar, no âmbito da agricultura familiar, um programa de manejo sustentável do bioma Caatinga.	SDA e vinculadas, Conpam, Seduc e parcerias com instituições acadêmicas, do terceiro setor e de ciência e tecnologia.	2012 - 2020
Implantar Programa de Sistema de Manejo Florestal na Caatinga para médios e grandes produtores rurais.	Conpam - Colegiado e parcerias com terceiro setor e Instituições de ciência e tecnologia	2012 - 2020
Prestar assistência técnica permanente e eficiente aos agricultores e disponibilizar linhas de crédito abrangentes para toda a cadeia produtiva, desburocratizadas e suficientes para o desenvolvimento das ações.	SDA e vinculadas, Seplag - Fecop, Conpam e parcerias com terceiro setor e Instituições de ciência e tecnologia	Permanente
Criar projetos e políticas que busquem soluções alternativas para as práticas agrícolas do desmatamento e das queimadas.	Conpam-Colegiado e parcerias com terceiro setor, SDA e vinculadas, Secitece e vinculadas	2012 - 2020
Implantar os instrumentos da Política Florestal Estadual.	Conpam-Colegiado e parcerias com terceiro setor, SDA e vinculadas, Semace	2012 - 2020
Disponibilizar sistema de informação fundiária para garantir o desenvolvimento rural e ambiental.	Conpam-Colegiado e parcerias com terceiro setor, SDA-Idace e vinculadas	Permanente
Resgate de instituição regional que coordene as ações de desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga e ofereça os resultados à sociedade, a partir de um processo participativo.	Fóruns de Governadores do Nordeste, Poder Legislativo	Permanente
Adequar a educação formal e informal às características e condições do semiárido, priorizando as questões ambientais, o currículo apropriado e o calendário escolar compatível com as atividades do campo.	Seduc, Secitece e Instituições de ciência e tecnologia, Conselho Estadual de Educação, CIEA, Poder Legislativo	2012-2020



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Prover ensinamentos de sociologia rural para tratar melhor as questões da participação comunitária.	SDA e vinculadas, Instituições de ciência e tecnologia Terceiro Setor	2012 - 2020
Fomentar a cultura e os costumes da vida no semiárido e promover os saberes locais envolvendo as famílias em processos sociocomunitários.	Seduc, STDS, Secult, Coordenadoria de Igualdade Racial - GABGOV	2012 - 2020
Fortalecer a gestão participativa dos recursos hídricos dando maior autonomia aos comitês de bacias hidrográficas e capacitando os usuários de água para a prática de usos racionais e sustentados desses recursos.	SRH e vinculadas, Conselho de Recursos Hídricos	2012 - 2015
Implantar o Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará, no âmbito da estratégia do “Pacto das Águas”, resgatando os compromissos e pactos institucionais como forma de garantir recursos hídricos para múltiplos usos, fortalecendo a vida e o desenvolvimento do semiárido cearense.	SRH, Seplag, Demais entidades co-executoras contidas no documento	2012 - 2020
Implantar o Programa Estadual de Combate à Desertificação - PAE	Conpam, Secitece-Funceme, SRH, Demais entidades co-executoras contidas no documento	2012 - 2020
Fomentar a participação da sociedade organizada no acompanhamento da execução das políticas com apresentação de resultados em audiências públicas, permitindo a adequação dos projetos e retroalimentação dos processos.	Coema, Instâncias Colegiadas - Comdemas - Comitês de Bacias, Fóruns, dentre outros, Ministério Público - Caomace	Permanente
Apresentar, ao Governo do Estado, um projeto de Lei de Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense, tendo por base os estudos e documentos do Pacto pelo Semiárido Cearense, objetivando a articulação e integração das políticas voltadas para essa região do estado, o desenvolvimento de novas ações adequadas à convivência com o semiárido e possibilitando um acompanhamento da sua execução de forma compartilhada.	Poder Legislativo, Seplag	2012 - 2014
Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no estado do Ceará.	Conpam, Secretaria das Cidades, Seinfra, Sesa e instâncias colegiadas	2012 - 2020
Implantar o Programa Estadual de Biodiversidade.	Conpam	2012 - 2020



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

SIGLAS:

- Caomace - Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural
- Cede - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico
- CIEA - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Ceará
- Coema - Conselho Estadual de Meio Ambiente
- Condemas - Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente
- Conpam - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
- Fecop - Fundo Estadual de Combate à Pobreza
- Funceme - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
- GABGOV - Gabinete do Governador
- Idace - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
- PGE - Procuradoria Geral do Estado do Ceará
- SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
- Secitece - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará
- Secult - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
- Seduc - Secretaria de Educação do Estado do Ceará
- Sefaz - Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
- Seinfra - Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará
- Semace - Superintendência Estadual do Meio Ambiente
- Seplag - Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará
- Sesa - Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
- SRH - Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
- STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO IV

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Minas Gerais

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Elaborar o Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade, a fim de definir as diretrizes e estratégias para a proteção à biodiversidade, como a definição de áreas prioritárias para criação e ampliação de UCs.	IEF e órgãos dos governos federal e estadual	31/12/2014
Alavancar estudos para criação ou recategorização de UCs, visando ao manejo integrado dos recursos hídricos, bacias, matas ciliares, conectividade e uso pelas comunidades tradicionais.	IEF e órgãos dos governos federal e estadual	31/12/2014
Realizar estudos nos entornos das UCs, bem como entre as UCs, para definição e implantação de corredores ecológicos, promovendo o mapeamento e a identificação de áreas, mantendo ou restaurando a conectividade dos fragmentos florestais, áreas protegidas e os interstícios entre elas e facilitando o fluxo genético das populações.	IEF	31/12/2014
Ampliar a Política Estadual de Fomento, visando fortalecer as atividades/ações que o IEF vem desenvolvendo ao longo desses anos com relação a: fomento, reposição florestal, viveiros e produção de mudas; arborização e paisagismo; extensão ambiental e pagamento por serviços ambientais.	IEF	31/12/2013
Promover a realização de estudos que direcionem os procedimentos para pagamento por serviços ambientais.	IEF	31/12/2014
Divulgar e capacitar técnicos e produtores rurais da Caatinga para ampliar o cadastramento dos produtores rurais do Bioma no programa Bolsa Verde (incentivo financeiro aos produtores rurais que conservam matas nativas em suas propriedades).	IEF	31/12/2014
Apoiar projetos da Secretaria Estadual de Turismo, para estruturação e fortalecimento dos destinos turísticos na região da Caatinga em Minas Gerais, especialmente para o Circuito Turístico Grande Sertão Veredas.	IEF e órgãos dos governos federal e estadual	31/12/2014



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Implantar o Plano para a Revitalização da Bacia do Japoré e Calindó - SF09, destacando: ações de recuperação de matas ciliares e nascentes, bem como implantação do saneamento básico nos municípios e comunidades.	CBH SF09 e órgãos dos governos federal e estadual	31/12/2017
Implementar ações de mobilização social, educação cidadã, tecnologias sociais, comunicação popular, agroecologia e geração de renda.	ASA, Cáritas e Centro de Agricultura Alternativa	31/12/2014
Implantar o Programa Biodiversidade - Pesquisa e Educação Ambiental.	Biotrópicos	31/12/2013

SIGLAS:

- ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro
- Biotrópicos - Instituto Biotrópicos de Pesquisa em Vida Silvestre
- CBH SF09 - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
- IEF - Instituto Estadual de Florestas



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO V

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Paraíba

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Políticas públicas voltadas para o Bioma Caatinga: estratégias de implementação e possibilidades de integração		
Tamanhos de módulos rurais viáveis à sobrevivência das famílias, subsidiadas por políticas públicas, com a validação ou não da definição atual de módulo rural.	MDA, Incra, Insa, Emater, Interpa e SEDAP	Até Dez/2018
Aplicação de ações de enfrentamento à desertificação já realizadas com sucesso em outros espaços semiáridos, a exemplo da utilização de sistemas agrossilvopastoris.	MDA, Incra, Insa, BNB, Sedap, SERHMACT, Emater, ONGs, Universidades/institutos de pesquisa e EMEPA	Até Dez/2018
Produção de mudas e repovoamento de espécies nativas, utilizando as estruturas das instituições de ensino, pesquisa e extensão.	MMA, MEC, Insa, BNB, SERHMACT, Emater, SEEC, Universidades /institutos de pesquisa e ONGs	Até Dez/2018
Incentivo à criação de viveiros florestais estaduais, municipais e familiares com espécies nativas e exóticas adaptadas	MMA, INSA, BNB, Emater, ONGs, Sedap, SERHMACT, EMEPA e Universidades / institutos de pesquisa	Até Dez/2018
Incentivo ao uso de fontes limpas de energia (eólica, solar, gás natural, etc).	MMA, MME, BNB, Insa, Sebrae, SERHMACT e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Adoção e difusão de tecnologias para estoque de forragens no período seco.	INSA, MDA, ONGs Emater, Sedap, SERHMACT, EMEPA e Universidades / institutos de pesquisa	Até Dez/2018



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Criação - para agentes conservadores, identificadores de plantas-mãe, fiscalizadores e coletores - de incentivos de remuneração, a exemplo da Bolsa Caatinga, por serviços ambientais prestados.	MMA, INSA, BNB, SERHMACT, Sedap e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Instalação de consórcios municipais para construção de aterros sanitários.	MMA, SERHMACT	Até Dez/2018
Incentivo às lavouras e pastagens xerófilas.	MDA, BNB, Insa, SERHMACT, Sedap	Até Dez/2018
Criação do pagamento por serviços ambientais voltados à proteção da Caatinga, em pequenas e médias propriedades (Bolsa Preservação).	MMA, MDA, Incra, Banco do Nordeste, Emater, SERHMACT, Sedap e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Incentivo ao cultivo de plantas oleaginosas inseridas na produção familiar sustentável e consorciadas para a produção do biodiesel.	MDA, MME, BNB, Emater, Sedap, SERHMACT, Seplag	Até Dez/2018
Estímulo fiscal ao uso de biodiesel.	MDA, MME, SERHMACT, Sedap, Seplag e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Dotação de recursos para a recuperação de áreas degradadas em assentamentos.	MDA, Incra, Interpa e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Acesso ao crédito rural, considerando o semiárido como área de risco agrícola, com juros e seguro diferenciados.	MDA, Sedap e Seplag	Até Dez/2018
Criação de um plano estadual de preservação da palma-forrageira e outras xerófilas.	Emater, Universidades / institutos de pesquisa, EMEPA e SEDAP	Até Dez/2018
Fortalecimento do turismo de base local como atividade econômica alternativa sustentável nos segmentos rural, ecológico, cultural, histórico e científico.	MTur, BNB, MEC, Sebrae, SEEC, SETDE, ONGs, Universidades / institutos de pesquisa e EMEPA	Até Dez/2018
Ações e propostas para o manejo sustentável do bioma caatinga		
Criação de unidades de conservação em cada microrregião da Paraíba inserida no bioma caatinga (especialmente as de proteção integral), em áreas a serem definidas por especialistas no tema.	MMA, SERHMACT, sudema, universidades/ institutos de pesquisa, Emepa, ONGs e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Criação do Sistema Estadual de Alerta Precoce às Secas e Chuvas Intensas	SERHMACT	Até Dez/2018
Declaração do Bioma Caatinga como patrimônio estadual.	SERHMACT, EMEPA e Assembleia Legislativa	Já atendido em 2012



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Mapeamento de áreas passíveis de salinização resultantes de processos de irrigação, visando à intensificação da fiscalização pelos órgãos competentes.	MDA, Dnocs, EMEPA, SERHMACT, Sedap e Universidades / institutos de pesquisa	Até Dez/2018
Realização de zoneamento de áreas propícias à irrigação.	MDA, DNOCS, EMEPA, SERHMACT, Sedap e Universidades / institutos de pesquisa	Até Dez/2018
Delimitação de áreas experimentais para o desenvolvimento de pesquisas para recuperação de áreas degradadas.	MMA, Insa, SERHMACT, ONGs, Universidades / institutos de pesquisa e EMEPA	Até Dez/2018
Formação de consórcio intermunicipal para construção/aquisição de câmaras frias - bancos de germoplasma - para a conservação de sementes destinadas à recuperação da vegetação nativa.	MMA e SERHMACT	Até Dez/2018
Definição de cursos das estradas para a construção de corredores ecológicos, dando passagem aos animais da região.	MMA, DNER, DER, Universidades / institutos de pesquisa, Emepa, ONGs, Sudema e SERHMACT	Até Dez/2018
Criação de infraestrutura física para o desenvolvimento de pesquisas científicas nas unidades de conservação estaduais e municipais.	MMA, SEEC e SERHMACT	Até Dez/2018
Criação de incentivos para o plantio de florestas energéticas com espécies nativas e/ou exóticas.	MMA, BNB, Incra, Emater, Insa, SERHMACT e Sedap	Até Dez/2018
Atualização e adequação dos papéis dos extensionistas das instituições de assistência técnica ao tema da desertificação.	Emater, Sedap, Universidades / institutos de pesquisa e ONGs	Até Dez/2018
Regularização fundiária para as áreas protegidas já criadas.	MMA, Incra, Interpa e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Classificação das abelhas nativas do semiárido como espécies protegidas.	MMA, SERHMACT, Emepa e Emater	Até Dez/2018
Criação de jardins botânicos inseridos no Bioma, utilizados na educação e conservação ambientais e também como subsídio para deter a extinção através de seus bancos de germoplasmas.	MMA, SERMACT e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
O papel dos diversos atores na promoção do desenvolvimento sustentável do Bioma Caatinga		



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Produção de indicadores regionais sobre degradação, com identificação do grau e extensão das terras atingidas.	MMA, MDA, SERHMACT, ONGs, Universidades / institutos de pesquisa e Emepa	Até Dez/2018
Desenvolvimento de pesquisas sobre o sequestro de carbono pela caatinga.	MMA, MDA, SERHMACT Universidades / institutos de pesquisa e Emepa	Até Dez/2018
Realização de ciclos semestrais de debates permanentes, plurais e itinerantes sobre a temática da desertificação e da seca, com o envolvimento de instituições diversas na formulação dos diagnósticos participativos.	MMA, MDA, SERHMACT e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Estabelecimento, para a pesquisa e extensão que envolvam a temática da desertificação, de um percentual mínimo do total de recursos destinados ao desenvolvimento do Estado.	SERHMACT, Sedap, Seplag e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Incentivo à abertura de editais específicos para o tema de combate à desertificação destinados a ONGs, universidades e institutos de pesquisa	INSA, MMA e SERHMACT	Até Dez/2018
Reforço do aparelhamento dos órgãos estaduais que promovem a fiscalização do meio ambiente.	MMA e SERHMACT	Até Dez/2018
Criação e fortalecimento de viveiros municipais, atrelados à política territorial, visando à distribuição de mudas.	MMA e SERHMACT	Até Dez/2018
Fortalecimento dos comitês de bacias, através da criação de agências executivas respectivas, dando maior autonomia à gestão de cada bacia hidrográfica.	SERHMACT	Até Dez/2018
Fortalecimento e reestruturação do quadro técnico dos órgãos de assistência técnica e extensão rural.	Incra, Interpa e Sedap	Até Dez/2018
Criação de um sistema estadual de gestão de conhecimento integrado para o combate à desertificação, com a participação das universidades, aliadas a instituições governamentais e não governamentais (Fórum de Discussão do Semiárido).	Insa, SERHMACT e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Criação de uma coordenadoria ou comitê estadual de combate à desertificação.	SERHMACT, Seplag e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018
Criação de uma frente parlamentar para apoiar o combate à desertificação.	Assembleia Legislativa e Representantes políticos das esferas federal, estadual e municipal	Até Dez/2018
Declaração do estoque de sementes nativas agrícolas e florestais como patrimônio estadual, especialmente as ameaçadas de extinção.	MDA, Seplag, Sedap e Assembleia Legislativa	Até Dez/2018



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Implementação da temática <i>Desertificação</i> de forma interdisciplinar na Educação Básica.	MEC e SEEC	Até Dez/2018
Incorporação, nos planos municipais de educação, de elementos de discussão de convivência com o semiárido, baseados na educação contextualizada e ambiental.	MEC e SEEC	Até Dez/2018
Produção e difusão de material didático voltado para a educação no campo e convivência no semiárido.	MEC, SEEC, ONGs, Emepa e Universidades/ institutos de pesquisa	Até Dez/2018
Formação continuada dos professores e agentes multiplicadores no tema desertificação.	MEC, SEEC, ONGs, Emepa e universidades/ institutos de pesquisa	Até Dez/2018
Implementação do Fundo Caatinga.	MMA e Banco do Nordeste	Até Dez/2018

SIGLAS:

- BNB - Banco do Nordeste do Brasil
- DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba
- DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMEPA - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S. A.
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INSA - Instituto Nacional do Semiárido
- Interpa - Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MEC - Ministério da Educação
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MME - Ministério de Minas e Energia
- MTur - Ministério do Turismo
- ONGs - Organizações não governamentais
- Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEDAP - Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca
- SEEC - Secretaria de Estado da Educação e da Cultura
- Seplag - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão
- SERHMACT - Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
- SETDE - Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico
- Sudema - Superintendência de Administração do Meio Ambiente



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO VI

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Pernambuco

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de Conclusão
Propor a criação de um Fundo para o desenvolvimento da Caatinga.	CERBCAA e CNRBCAA	Não informado
Aumentar a divulgação, através dos agentes de desenvolvimento em todo o Estado, das linhas de crédito voltadas para a agroecologia e manejo florestal sustentável, financiando os projetos sustentáveis integrados aos diversos arranjos produtivos locais de Pernambuco.	Banco do Nordeste	Não informado
Criação do Instituto de Bioprospecção e Conservação da Caatinga - IbcC com todas as universidades e instituições de pesquisa do Nordeste.	UFPE	Não informado
Propor um amplo debate acerca da inclusão da disciplina de educação ambiental nas escolas da rede estadual de ensino.	Alepe	Não informado
Elaborar o zoneamento ecológico-econômico do semiárido de Pernambuco, incluindo as questões decorrentes dos efeitos das mudanças climáticas.	Governo de Pernambuco	Não informado
Incorporar o pagamento por serviço ambiental como forma de incentivar proprietários particulares a preservarem remanescentes de florestas.	Semas	Não informado
Propor ao Governo do Estado a transformação da Companhia Independente de Proteção do Meio Ambiente - Cipoma em Batalhão Ambiental.	Alepe	Não informado
Criar 13 unidades de conservação na área da Caatinga.	Semas	Não informado
Delimitar, demarcar e recompor a cobertura vegetal de áreas de reserva legal, e, principalmente, das áreas de preservação permanente, matas ciliares e remanescentes florestais.	Semas	Não informado



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

SIGLAS:

- Alepe - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
- CERBCAA - Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga em Pernambuco
- CNRBCAA - Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga
- Semas - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco
- UFPE - Universidade Federal de Pernambuco



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO VII

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Piauí

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Contribuir ações inovadoras para o desenvolvimento sustentável da região.	Emater - PI/ Padre Marcos	2016
Buscar parcerias com entidades Estadual e Federal para implementar programas de incentivos à produção, atendendo aos critérios ambientais.		
Incentivar e promover ações de controle ambiental junto aos agricultores e gestores do município.		
Viabilizar as ações inerentes ao setor produtivo.		
Organizar os trabalhadores Rurais.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oeiras - PI	2016
Conscientizar os trabalhadores dos seus direitos e deveres.		
Trabalhar em prol da agricultura familiar.		
Acelerar os custeios agrícolas (pronafts e seguros safra).		
Levantamento do número de queimadas no município de Francisco Macedo.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Macedo - PI	2016
Elaboração de projetos de reflorestamento.		
Levantamento dos impactos ambientais no município de Francisco Macedo.		
Redução das queimadas.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Padre Marcos	2016
Elaboração de projetos de reflorestamento.		
Elaboração de projetos de Produção no sistema Agroflorestal.		



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Elaboração de projetos de Irrigação no açude de Bocaina.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bocaina - PI	2016
Elaborar projetos de arborização.	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marcolândia - PI	2016
Capacitação dos agricultores.		
Programa de redução das queimadas (caatinga), através da realização de palestras, seminários e reuniões nas comunidades.	Centro de Estudos Ligados a Técnicas Alternativas - Celta (Paulistana-PI)	2016
Programa de reflorestamento com uso de árvores nativas.		
Incentivar programa de produção no sistema de Agroflorestas.		
Programa de redução dos impactos ambientais (mineradoras e Transnordestina).		
Assessoria e Capacitação para implementação do <i>Programa de Formação e Mobilização Social para a convivência com o semi-árido: Um Milhão de Cisternas Rurais</i> , por meio de capacitação técnica e construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva, visando à preservação, o gerenciamento e ampliação do acesso à água e aos demais meios de produção e direitos básicos no Semiárido.	Cootapi & Associados/ Associação Programa Um Milhão de Cisternas no Semiárido - AP1MC	2012 a 2016
Implementação do Programa P1+2 - “Uma Terra e Duas Águas”.	Cootapi & Associados/ Associação Programa Um Milhão de Cisternas no Semiárido - AP1MC	
Prestação de serviços de assessoria técnica em projeto de assentamento de reforma agrária, compreendendo a elaboração de projetos e prestação de orientação técnica especializada ao funcionamento de empreendimento rural adotando critérios de preservação ambiental e conservação do solo.	Cootapi & Associados e Crédito Fundiário	
Participação no Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido e ASA-Articulação no Semiárido Brasileiro.	Cootapi & Associados/ Fpca/Asa	



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Acompanhar e cobrar ações da Frente Parlamentar Piauiense, criada através da Resolução nº 439 de 09/12/2011, para Defesa e Desenvolvimento do Bioma Caatinga e a Agricultura Familiar.	Assembléia Legislativa do Piauí - ALEPI	Permanente
Implantação e construção de tecnologias de captação de água da chuva para o consumo humano (25 mil cisternas de placas e 1.000 cursos de capacitação em GRH- Gestão Recursos Hídricos para as famílias beneficiadas, na perspectiva da convivência com o semiárido).	ASA, FPCSA e MDS.	2012 a 2017
Implantação e construção de tecnologias de captação de água da chuva para a produção de alimentos (10 mil cisternas calçadão e 500 cursos de Sistema Simplificado de Manejo de Água para as famílias beneficiadas, na perspectiva da convivência com o semiárido).	ASA, FPCSA e MDS.	
Campanha em Defesa das Terras, das Águas e dos Povos do Piauí, com a realização de visitas, reuniões, seminários, encontros, intercâmbios, acompanhamento e monitoramento das famílias e comunidades atingidas pelos grandes projetos.	ASA, FPCSA, movimento social e sindical.	
Consolidar, no Piauí, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB, implantando uma educação contextualizada, na perspectiva da convivência com o semiárido.	ASA, FPCSA, Resab e Seduc/PÍ	
Mapeamento de todos os grandes projetos implantados dentro do bioma Caatinga: Transnordestina, mineradoras, carvoarias e outros. Esse mapa compreenderá toda a área de abrangência da Caatinga dentro do estado do Piauí, sua função econômica e social e as possíveis implicações ao meio ambiente. Após o levantamento dos dados, será sistematizada todas as informações para ações mais efetivas.	Comissão Pastoral da Terra - CPT	
Desenvolvimento de ações concretas a partir de problemas ambientais que venham a afetar o bioma Caatinga, detectados após a sistematização e estudo do mapeamento dos grandes projetos.	Comissão Pastoral da Terra	
Realização de atividades de formação e mobilização na Semana da Água nos municípios de Picos, Queimada Nova e São Lourenço.	Comissão Pastoral da Terra	



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Dar continuidade às ações de educação para a convivência com o semiárido e às ações de prevenção de danos ambientais.	Ibama, Care Brasil, Fundação Agente, Emater, APPM, Cáritas, Seduc, Uespi, Sebrae e ICMBio	Ações Permanentes
Formar empreendedores em atividades econômicas sustentáveis (agricultura, pecuária e turismo).	Ibama, Care Brasil, Fundação Agente e Sebrae	
Fomentar a pesquisa científica aliada aos conhecimentos tradicionais.	Ibama, Uespi e Sebrae	
Criar Unidades de Conservação.	Ibama, ICMBio, Semar e secretarias municipais	
Proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, visando promover a qualidade ambiental propícia à vida, no âmbito da competência estabelecida pela legislação.	Ibama, Semar, ICMBio, MPF, PF, MP e Incra	
Implantação e/ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	Agespisa e Secretaria de Infraestrutura	2012 a 2014
Desenvolver trabalhos de educação Ambiental nos municípios integrantes do bioma Caatinga.	Agespisa	
Promover ações de interação da comunidade com o meio ambiente, através de entrega de mudas de espécies nativas, <i>folders</i> , dentre outros.	Agespisa	
Conscientizar a população quanto ao uso racional da água e destinação adequado dos resíduos sólidos.	Agespisa	
Oferecer qualificação profissional e técnica nos níveis de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento importantes para o desenvolvimento sustentável no bioma Caatinga.	UFPI e outras instituições parceiras	2012 a 2017
Desenvolvimento de pesquisas no bioma Caatinga importantes para o conhecimento da biodiversidade, uso sustentável do solo, da água e dos recursos naturais renováveis e não renováveis.	UFPI e outras instituições parceiras	
Desenvolvimento de atividades de extensão junto à comunidade em geral visando ao desenvolvimento sustentável.	UFPI e outras instituições parceiras	



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Promover trabalho de extensão para difusão das técnicas, já comprovadas, de secagem da palha de carnaúba em secador solar móvel e extração do pó cerífero, com apoio de linha de crédito do Banco do Nordeste.	UFPI, Semar, Finep, MCTI e Banco do Nordeste	2012 a 2017
Ampliação da base técnico-científica para investigar o potencial produtivo da flora e fauna de diferentes tipologias do bioma Caatinga no Piauí.	UFPI, MMA, SFB, APNE e Semar/PI	
Organizar a produção através do manejo sustentável da Caatinga, como alternativa viável para o desenvolvimento socioeconômico da região.	UFPI, NCRA, APNE, Semar/PI e Setor Privado	
Coordenar o Plano Estadual de Recursos Hídricos: Projetos Básicos para Construção de Adutoras para Abastecimento Humano (Adutoras de Pias, Garrincho, Bocaina/Pias, Salinas, Pedra Redonda, Algodões II, Jenipapo, Poços).	Semar; BNB, DNOCS	Permanente
Coordenar o Plano Estadual de Recursos Hídricos: Canal da Integração do Sertão Piauiense, para segurança hídrica da população do Semi-árido piauiense.	Semar, BNB	
Coordenar a Gestão Participativa de Recursos Hídricos: Comissões Gestoras das Barragens do Semiárido Piauiense e Comitê de Bacias Hidrográficas - Piauí/Canindé.	Semar, DNOCS	
Coordenar o Plano Estadual de Combate a Desertificação (PAE).	Semar, Fundação Agente, Nuperad.	
Coordenar a Política Estadual de Mudança Climática e Combate à Pobreza	Semar, Care, Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza.	
<ul style="list-style-type: none"> • Fórum Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza (Decreto Nº 12.613, de 04/06/2007); • Grupo de Trabalho para elaboração da Política Estadual de Mudanças Climáticas e Combate à Pobreza (Decreto Nº. 12.612, de 04/06/2007); • ICMS Ecológico para beneficiar municípios que se destaquem na proteção ao Meio Ambiente. (Projeto de Lei Nº 15, de 04 de março de 2008); • Decreto Bolsa Verde (pagamento por serviços ambientais); • Decretos de Compras Sustentáveis (Decreto Nº 13.702, de 5 de junho de 2009 - CADMADEIRA ; Biocombustíveis; Madeira Legal e/ou Certificada; Papel Reciclado; Lâmpadas Fluorescentes; • Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado; • Seminário I Encontro Preparatório ICID + 18; • Cursos de Capacitação em Mudanças Climáticas. 		



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Organização social de jovens produtores para a utilização racional de recursos ambientais e para a gestão empreendedora.	Care Brasil	2016
Implantação de biodigestores para geração de biogás e biofertilizantes.		
Implantação do Centro de Formação de Empreendedores - Cefem (escola que tem como objetivo promover a formação de jovens em empreendedorismo e desenvolvimento local sustentável).		
Capacitação em Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável para sociedade civil e governos inseridos na Rota das Emoções (PI, CE e MA).		

SIGLAS:

- Agespisa - Águas e Esgotos do Piauí S/A
- Alepi - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
- APNE - Associação Plantas do Nordeste
- APPM - Associação Piauiense de Municípios
- ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
- Cootapi & Associados - Cooperativa de Produção e Serviços de Técnicos Agrícolas do Piauí
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- Emater/PI - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
- Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
- FPCSA - Fórum Piauiense de Convivência com o Semiárido
- Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- MP - Ministério Público
- MPF - Ministério Público Federal
- Nuperad - Núcleo de Pesquisa e de Recuperação de Áreas Degradadas
- PF - Polícia Federal
- Resab - Rede de Educação no Semiárido
- Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- Seduc/PI - Secretaria da Educação e Cultura do Piauí
- Seinfra - Secretaria de Infraestrutura do Piauí
- Semar - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
- SFB - Serviço Florestal Brasileiro
- Uespi - Universidade Estadual do Piauí
- UFPI - Universidade Federal do Piauí



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO VIII

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Rio Grande do Norte

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Recuperação hidroambiental da Bacia do Rio Cobra.	Semarh	2010 a 2013
Criação da Câmara Técnica de Combate à Desertificação.	Semarh	2012
Apoiar a implementação das ações previstas no Projeto Rio Apodi-Mossoró de Integridade Ambiental a Serviço de Todos.	UERN/Ufersa	2014
Divulgar os resultados dos convênios de projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas objetivando incremento de produção de espécies da caatinga para uso no setor ceramista, dentre outros.	Emparn	2013
Divulgar e ampliar projetos não madeireiros da caatinga, como forma de diversificar a utilização econômica do bioma em outras frentes mais sustentáveis.	Idema	2013
Criar a Rede de Manejo Florestal da Caatinga, visando incrementar planos de manejo da caatinga e discutir o bioma de forma mais sustentável.	Serviço Florestal Brasileiro (MMA)	2012
Implementação de ações previstas no Plano de Ação de Combate à Desertificação - PAE/RN.	Semarh/Idema/Sape/Sethas	Até 2015
Criar um programa de incentivo ao uso de fontes alternativas de energia.	CTGÁS-ER - SEDEC	Até 2015
Aprovação da Política de Combate à Desertificação.	Assembleia Legislativa	Até 2014



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Difundir os projetos Agrofitos e Fitovida, que visam à utilização de espécies da caatinga para uso fitoterápico, remédios e produtos de higiene pessoal.	Associação dos Artesãos de Produtos Agropecuários e Fitoderivados / Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sociobiodiversidade	2012
Projeto Caatinga Viva - Petrobrás Ambiental que visa à difusão de tecnologias de adensamento ligno-celulósico como fonte energética alternativa visando à recuperação de áreas degradadas e à conservação da biodiversidade do bioma caatinga da região do Baixo Açu no Rio Grande do Norte.	Caatinga Viva	2014
Difundir o Projeto Forno a Lenha que visa à queima de espinhos do xique-xique possibilitando utilizá-lo para alimentação animal.	ACOSC	2013
Projeto Planta Seridó, que tem como objetivo sensibilizar pessoas e instituições frente aos diversos problemas ambientais da região e promover um mutirão regional para o plantio de árvores visando à recuperação da cobertura vegetal do Seridó, sob a ótica da corresponsabilidade pelo desenvolvimento sustentável.	Adese	2015

SIGLAS:

- Adese - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
- Acosc - Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Sertão do Cabugi
- CTGÁS-ER - Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis
- Emparn - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
- Idema - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte
- Sape - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca
- Sedec - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
- Semarh - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
- Sethas - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
- Uern - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- Ufersa - Universidade Federal Rural do Semiárido



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

ANEXO IX

COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAATINGA

Estado: Sergipe

Descrição das Ações	Instituições Responsáveis	Prazo de conclusão
Articular junto ao Congresso Nacional a aprovação da PEC que reconhece o Bioma Caatinga como Patrimônio Nacional.	MMA e Governo Federal	2012 - 2014
Institucionalizar as Brigadas de Incêndios Florestais em todo o Bioma Caatinga.	Ibama	2012 - 2014
Criar mecanismos legais que obriguem as empresas instaladas no estado à contrapartida de apoio à execução de ações ambientais.	Semarh e Adema	2012 - 2014
Implantar e implementar a Política Estadual de Educação Ambiental.	Semarh	2012
Criação de uma lei estadual para aplicar um percentual dos royalties da CHESF para preservação do Bioma Caatinga.	Poder Legislativo Estadual Poder Executivo Estadual	2012 - 2013
Criar lei estadual de recompensa para quem preserva o Bioma Caatinga.	Poder Legislativo Estadual Poder Executivo Estadual	2012 - 2013
Fortalecer e criar políticas públicas de projetos de forma integrada com outras políticas já existentes.	Governo Estadual	2012 - 2013
Ampliar áreas protegidas do Bioma Caatinga com a criação de Unidades de conservação.	Governo Federal Governo Estadual Governo Municipal	2012 - 2014
Criar incentivos financeiros para os proprietários que possuam em seus imóveis áreas preservadas acima do previsto em lei.	Governo Federal	2012 - 2014



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Readequar a assistência técnica e extensão rural às necessidades do bioma Caatinga.	Governo Estadual e Secretaria da Agricultura	2012 - 2014
---	--	-------------

SIGLAS:

- Adema - Administração Estadual de Meio Ambiente
- Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- MMA - Ministério do Meio Ambiente
- Semarh - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos